

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2022

# VISÃO GLOBAL

# Ensino Superior

*Pela defesa dos interesses dos  
estudantes universitários*



# Índice

Índice.....	3
Associação Académica da Universidade do Minho .....	5
Defendemos um Ensino Superior Público mais participativo e democrático .....	6
Procuramos a Revisão do Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior .....	6
Defendemos o aumento do número de Estudantes nos Órgãos de Gestão da Universidade .....	6
Acreditamos num Ensino Superior Público para todos .....	8
Defendemos a redução de custos no Ensino Superior .....	8
Acreditamos num Ensino Superior Público progressivamente gratuito.....	8
Consideramos essencial a redução e uniformização da propina de 2.º e 3.º Ciclos para uma aposta no conhecimento de alto nível .....	9
Defendemos a Abolição das taxas e emolumentos .....	9
Defendemos o reforço de medidas com vista a combater o Subfinanciamento do Ensino Superior .....	10
Defendemos o reforço da Ação Social .....	10
Ensino gratuito implica um investimento forte na Ação Social Escolar .....	11
Defendemos o aumento dos valores atribuídos e do número de estudantes bolseiros .....	11
Consideramos relevante corrigir a discrepância das bolsas dos 1.º e 2.º Ciclos .....	12
Defendemos o Aumento da rapidez de resposta à atribuição de bolsas .....	12
Urge o Aumento do número de camas para estudantes da UMinho.....	13
É importante garantir a Renovação das condições das Residências Universitárias .....	14
Defendemos a criação de condições para a descida do valor pago por um estudante de Doutoramento nas Residências Universitárias .....	15

É essencial garantir a criação de incentivos e mecanismos da certificação de alojamento privado .....	15
Defendemos a criação de um Complemento de Transportes .....	15
Defendemos a criação de um Programa de Apoio Informático ou Complemento de Material ...	16
Defendemos o Aumento do Financiamento dos Serviços de Ação Social .....	16
Defendemos um Ensino Superior Público de Qualidade .....	18
Necessidade da discussão sobre o modelo de ensino .....	18
Aquisição de materiais de apoio para as salas de aula .....	18
Criação de condições para acompanhamento do ensino não presencial .....	18
Rede de oferta educativa no Ensino Superior .....	19
Defendemos o estudo de alternativas em relação ao atual modelo de Acesso ao Ensino Superior .....	19
Urge a melhoria das condições dos espaços letivos .....	19
Defendemos um Ensino Superior Público ligado à Comunidade .....	20
Defendemos o aumento do sistema de transportes urbanos e intermunicipais, com ligação à Universidade .....	20
Defendemos uma maior Segurança nos campi e na área envolvente .....	20
Conclusão .....	22

# Associação Académica da Universidade do Minho

*“A Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM) nasceu a 19 de dezembro de 1977 com o intuito de responder às necessidades dos estudantes, sendo a estrutura representativa e comunitária dos estudantes da Universidade do Minho. (...) A ideia de criar uma Associação Académica surge não só para defender os interesses dos alunos da Universidade do Minho (cerca de 200 na altura), como também os interesses desta. (...) Assim, aquando da criação da AAUM, de entre os objetivos fundamentais que nortearam a sua origem, destacam-se os seguintes: defender intransigentemente uma universidade democrática, inserida na sua comunidade; organizar, defender e representar os estudantes da Universidade do Minho; contribuir para o fortalecimento das iniciativas conducentes a uma reforma democrática do ensino; promover a formação física e cultural dos estudantes; criar atividades que incentivem as relações humanas e comunitárias.”*

(Disponível no site da AAUMinho)

# Defendemos um Ensino Superior Público mais participativo e democrático

A Direção da AAUMinho vê os diversos documentos que regem o Estado Português, o Ensino Superior em Portugal e a Universidade do Minho como um meio de obter respeito, cooperação e organização entre todos estes intervenientes. Entendemos, por isso, que o cumprimento e aplicação dos mesmos são imprescindíveis para o funcionamento de uma Universidade, Ensino Superior e País democráticos e inclusivos.

## Procuramos a Revisão do Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior

Nesta linha de ideias, a Direção da AAUMinho considera urgente **a revisão do Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)**, implementado em 2007. Neste documento, está prevista uma **revisão da sua aplicação a cada 5 anos, pelo que, volvidos 14, é incompreensível que ainda não tenha passado uma única vez por esse processo.**

É, portanto, imperativa a atualização de alguns conteúdos do RJIES, a fim de corresponderem às alterações que se foram desenrolando no Ensino Superior. A título de exemplo, destacamos conteúdos como a ministração de cursos de 3.º Ciclo em instituições de Ensino Superior Politécnico; ou a representatividade e funcionamento de órgãos de consulta e de decisão das universidades, como o Conselho Geral, promovendo uma maior representatividade da comunidade estudantil. Alterações como estas devem, ainda, ser acompanhadas de uma reorganização da oferta formativa, tendo em consideração as vicissitudes regionais e as missões e visões das próprias instituições.

### Defendemos o aumento do número de Estudantes nos Órgãos de Gestão da Universidade

Enquadrada na revisão do RJIES, é de particular urgência a **reformulação da participação estudantil mínima prevista no documento, que se fixa num número máximo de 20% dos membros do Conselho Geral.**

**No caso concreto da Universidade do Minho, a aplicação desta medida implica que existam apenas 4 estudantes representados numa totalidade de 23 conselheiros-gerais, o que faz da comunidade**

**estudantil o grupo menos representado do ponto de vista da proporcionalidade, que deveria existir para uma representação equitativa e justa.** Aquando da criação do RJIES, as medidas propostas eram acompanhadas de pressupostos de maior autonomia na gestão e flexibilização de processos. Até ao momento, não existe qualquer estudo ou dado que comprove que esta alteração tenha provocado mudanças significativas que justificassem a diminuição do maior grupo de membros integrantes da Universidade - os estudantes.

Além desta incorreta gestão interna das instituições de Ensino Superior, temos também verificado sucessivos governos com uma postura pouco dialogante com os estudantes. É fundamental que os estudantes sejam verdadeiramente ouvidos nos processos de tomada de decisão. É fundamental que se cumpra a visão de um Ensino Superior democrático e inclusivo.

# Acreditamos num Ensino Superior Público para todos

Para a Direção da AAUMinho, é fundamental promover uma Universidade acessível a todos, **não sendo constituídas restrições a qualquer participação, independentemente das condições socioeconómicas, físicas ou psicológicas de cada um. A Educação deve destacar-se como uma via para a extinção de barreiras sociais**, assentando no princípio de que estas limitações não devem ser um entrave ao acesso a um ensino de qualidade e para todos.

Na visão da Direção da AAUMinho, é preponderante que o Estado coloque **o Ensino Superior como uma verdadeira prioridade nacional**, o que requer uma alteração nas abordagens adotadas pelo Governo, como as sucessivas medidas avulsas desenquadradas de qualquer estratégia a médio-longo prazos. É essencial **uma estratégia que coloque na agenda a revisão do financiamento do Ensino Superior e o aumento do investimento na ação social escolar, com vista à redução do abandono escolar**.

## Defendemos a redução de custos no Ensino Superior

A Direção da AAUMinho **mostra-se preocupada com o facto de ainda não terem sido facultadas as respostas sociais imperativas para assegurar que nenhum estudante fica privado do acesso, frequência e sucesso no Ensino Superior**. Trabalharemos diligentemente neste sentido, pois vemos a Educação como o principal veículo de mobilidade social, essencial para o sucesso do País.

### Acreditamos num Ensino Superior Público progressivamente gratuito

Para nós, é inabalável a posição reivindicativa que a Associação Académica da Universidade do Minho tem adotado pelo cumprimento do Artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, que preceitua um caminho progressivo para um **Ensino Superior Gratuito**.

Assim sendo, **vimos com satisfação a redução do valor da propina para as Licenciaturas e Mestrados integrados no ano de 2019. Não obstante, é imperativo assegurar que não há recuos nesta matéria e assumir uma postura de seriedade junto do Estado Português, no sentido de agilizar a gratuidade do ensino**.



## Consideramos essencial a redução e uniformização da propina de 2.º e 3.º Ciclos para uma aposta no conhecimento de alto nível

Na nossa ótica, a redução do valor máximo das propinas no 1.º Ciclo **carece de uma uniformização para os diversos Ciclos**, principalmente após o término dos Mestrados Integrados.

A Direção da AAUMinho teme que a redução do valor da propina de 1º ciclo pode ter baixo impacto no custo de vida dos estudantes, já que os outros ciclos de estudo não foram alvo desta alteração. Como consequência desta situação, alertamos ainda para a potencial diminuição do número de estudantes dos 2.º e 3.º Ciclos, o que seria um retrocesso sem precedentes, na medida em que profissionais com um elevado grau de formação são cada vez mais essenciais para o desenvolvimento do País.

**Defendemos, por isso, a uniformização e regulação das propinas dos 2.º e 3.º Ciclos, promovendo uma sociedade cada vez mais instruída, capaz e munida das ferramentas necessárias para a construção de um País mais desenvolvido.**

A este ponto, **consideramos relevante destacar a desintegração dos Mestrados Integrados** que veio aumentar os custos de frequência no Ensino Superior para quem queira prosseguir os seus estudos para o nível de Mestre, dado que no fim da Licenciatura será necessário investir em certificados de conclusão e outros documentos que permitam a candidatura ao 2.º ciclo.

Ademais, o valor das propinas de 2º ciclo é, como referido, mais elevado do que do 1.º ciclo. Para prevenir esta imputação de custos repentina e imprevista a milhares de estudantes, a Universidade do Minho tomou a posição de assegurar que durante o período de transição, os estudantes inscritos em cursos que eram Mestrados Integrados continuarão a suportar valor de propina do 1º ciclo mesmo quando estiverem no Mestrado. Ainda assim, a Direção da AAUMinho acredita que esta decisão deve ser prevista em sede legislativa para que os alunos não fiquem dependentes da arbitrariedade da Instituição que frequentam.

## Defendemos a Abolição das taxas e emolumentos

Para a Direção da AAUMinho, **as taxas e emolumentos cobrados pelas instituições de Ensino Superior Público não são aceitáveis** tendo em conta a existência de uma propina. Estas taxas não passam de mais um custo indireto da frequência do Ensino Superior a recair sobre os estudantes. Neste sentido,

defendemos de forma intransigente a **abolição destes custos**, promovendo a remoção de barreiras financeiras na Academia.

Torna-se ainda mais incompreensível, face à evolução dos sistemas de informação, área em que a UMinho obtém prestígio nacional e internacional, a incapacidade da Instituição, internamente, criar interoperabilidade de dados entre os diferentes serviços e as diversas UOEI, colocando sucessivos entraves e burocracias aos estudantes.

## Defendemos o reforço de medidas com vista a combater o Subfinanciamento do Ensino Superior

Segundo o estudo da “Government at a Glance 2011” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, **cada diplomado em Portugal devolve à sociedade um retorno mais de seis vezes superior àquilo que o País investiu na sua formação.**

Reivindicamos, por isso, a **subida do financiamento do Ensino Superior Público**, sendo clara a necessidade de revisão da distribuição do próprio financiamento entre Instituições, conscientes de que o atual modelo prejudica, em particular, a Universidade do Minho. Só assim será possível valorizar devidamente a Educação e o conhecimento, como forças motrizes que impelem a sociedade ao desenvolvimento humano e ao progresso tecnológico.

## Defendemos o reforço da Ação Social

Reforçar a ação social é um caminho para o cumprimento do Artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, que a Direção da AAUMinho assume como prioritário.

Tem sido perceptível, no dia-a-dia nos campi, a falta de recursos humanos nos Serviços de Ação Social que se faz sentir quer através das longas filas de espera que se formam à porta da cantina quer na demora na atribuição da bolsa de Ação Social a quem dela precisa.

Deste modo, **é necessário um reforço na Ação Social direta** (concessão de apoios financeiros como as bolsas de estudo) **e indireta** (associada à prestação de serviços como cantinas, residências e complexos desportivos) **para garantir que nenhum estudante deixa de prosseguir estudos devido à sua condição socioeconómica.**

## Ensino gratuito implica um investimento forte na Ação Social Escolar

Segundo estudos recentes, **73% das despesas de um estudante do Ensino Superior** aglomeram-se no alojamento, alimentação, transportes, material escolar, entre outros fatores que, no seu conjunto, fazem com que a **progressiva gratuidade do Ensino Superior não possa residir apenas na redução do valor das propinas.**

## Defendemos o aumento dos valores atribuídos e do número de estudantes bolseiros

Os mais recentes dados divulgados pela Direção Geral de Ensino Superior (DGES) indicam que mais de 93.000 estudantes submeteram o pedido de acesso à bolsa de estudo, o maior número de candidatos alguma vez alcançado nesta fase. E, se por um lado existiu um aumento no número de colocados ao ensino superior, por outro a mais recente crise pandémica contribuiu para uma fragilização das economias dos agregados familiares, que terá certamente grande impacto nas famílias de muitos dos estudantes da nossa academia.

Paralelamente é essencial reter que Portugal apresenta taxas de cobertura de 22% dos estudantes que frequentam o Ensino Superior com atribuição de bolsas, o que fica aquém da média europeia, onde, curiosamente, grande parte dos países apresenta valores muito inferiores ou nulos de custo de propina.

Para um país que necessita de **aumentar a taxa de jovens que frequentam o Ensino Superior**, a fim de se aproximar da média europeia, onde 60% dos jovens com 20 anos estudam no Ensino Superior (Portugal apresenta valores ao nível dos 50%), **cabe ao Estado garantir a Justiça Social necessária para que os estudantes tenham igualdade de oportunidades na frequência do Ensino Superior Público.** Acresce realçar que a maioria do financiamento das bolsas de Ação Social em Portugal depende dos Fundos Comunitários da União Europeia, pelo que é necessário responsabilizar o Estado Português neste âmbito.

Pelo lado positivo, no que diz respeito a políticas implementadas para o presente ano letivo, encaramos com satisfação a **alteração no limiar de elegibilidade para as bolsas de estudo, o que vai permitir apoiar cerca de mais 9000 estudantes.** O patamar a partir do qual os apoios são concedidos foi alterado, passando o valor de referência de 16 vezes para 18 vezes o Indexante de Apoios Sociais (ou seja, famílias com rendimentos até 658 euros mensais *per capita* tornam-se, agora, elegíveis).

Realçamos, ainda, como medida benéfica, que só peca por tardia, **o aumento do valor relativo da bolsa mínima**. Até ao momento, este apoio cobria apenas o custo com as propinas, mas agora passa a corresponder a 125% deste valor. Isto significa que, depois de pagar a propina, cada estudante fica com cerca de 175 euros anuais para outros gastos, o que, embora consideremos uma quantia deveras insuficiente, ilustra uma crescente abertura por parte do Estado Português para valorizar devidamente a Ação Social. O valor correspondente à bolsa mínima está, para a Direção da AAUMinho, longe de conseguir cobrir os verdadeiros custos que um estudante de ensino superior tem, muitas das vezes até em material escolar para a própria frequência na universidade.

### Consideramos relevante corrigir a discrepância das bolsas dos 1.º e 2.º Ciclos

A redução da propina verificada no presente ano letivo apenas contemplou o 1.º Ciclo e Mestrados Integrados, pelo que o preço as propinas do 2.º Ciclo permanece entre 1250€ e 1750€. Face aos valores díspares evidenciados entre Ciclos de estudos, defendemos que **o valor da bolsa mínima de 871€ fica muito aquém dos custos suportados pelos alunos do 2.º Ciclo, sendo que a correção desta discrepância é urgente**.

Esta reivindicação, pensávamos nós, ia ser acolhida em sede de Orçamento de Estado para o ano de 2022, contudo, tendo presente o contexto político-governativo português atual, tal não sucedeu. Desta forma, é essencial que esta reivindicação que se encontrava próxima de ter acolhimento não caia no esquecimento no próximo orçamento de estado que venha a ser elaborado.

### Defendemos o Aumento da rapidez de resposta à atribuição de bolsas

A bolsa de estudo é o que permite a muitos estudantes frequentar a universidade e, embora seja essencial a boa avaliação das condições económicas de cada estudante candidato antes da atribuição, a verdade é que este processo não é suficientemente ágil e rápido na resposta, fazendo com que exista um grande espaço temporal de incerteza em que os alunos têm de assegurar o pagamento de despesas com o próprio dinheiro, fruto de trabalho ou apoios familiares.

Assim, a Direção da AAUMinho vê com agrado a **simplificação do processo de atribuição de bolsas**. Desde o ano letivo 2020-2021, que esta atribuição é automática para quem recebeu apoio durante a Licenciatura e prossegue para o Mestrado, assim como para os alunos que chegam pela primeira vez ao Ensino Superior e que estejam inseridos no escalão 1 do abono de família.

Nesta ótica de simplificação de processos e de obtenção de respostas eficientes, a Direção da AAUMinho considera necessário **um aumento dos recursos humanos nos Serviços de Ação Social para o processamento mais eficaz das bolsas** de Ação Social e, particularmente, das Bolsas de Emergência que, tal como o nome indica, necessitam de uma resposta célere.

### Urge o Aumento do número de camas para estudantes da UMinho

A Universidade do Minho viu, pela **última vez, precisamente em 1998, um aumento significativo do número de camas** disponíveis para os seus estudantes. À data, a UMinho possuía um total de cerca de **14.000 estudantes**. Ao longo dos anos, a Instituição tem vindo a aumentar o número de vagas e, conseqüentemente, o número de estudantes, atingindo, neste momento, os **19.632 - mais 5.632 do que em 1998**.

Além disso, com a agravante do crescimento das cidades de Braga e Guimarães, proporcionou-se um aumento drástico da procura de alojamento, conduzindo ao escalar dos preços praticados pela esfera privada.

Em 2018, a AAUMinho lançou um estudo científico que apontava como valor de mercado 150,00€ por quarto, nas zonas envolventes aos campi e, no ano transato, este valor passou a rondar os 200,00€ a 250,00€. Face a este acréscimo extremo, **realçamos a vitória alcançada pelo Movimento Associativo Académico, que se traduziu num aumento do complemento de apoio à habitação de 174,00€ para 219,00€, em Guimarães, e para 247,00€, em Braga**.

Embora esta medida tenha um impacto muito benéfico para os estudantes bolseiros, é necessário encontrar soluções para os alunos não abrangidos. Apelamos, por isso, ao **diálogo entre Governo, Municípios e instituições de utilidade pública locais para encontrar soluções eficazes no curto prazo**. Simultaneamente, é necessária a responsabilização por parte do Governo na concretização de **soluções a longo prazo** que venham corrigir esta necessidade, não a deixando na mão de fundos sem rosto, que facilmente se descartam da responsabilidade social que deve ser assumida pelos órgãos da tutela.

A Direção da AAUMinho **defende ainda o aumento da oferta de residências públicas universitárias, cabendo à Universidade do Minho o papel de regulação no mercado imobiliário de arrendamento para estudantes**.

No âmbito do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior foram identificados quatro edifícios para a criação de novas residências estudantis: a Escola Secundária D. Luís de Castro e o edifício do Exército junto à Rua Bernardo Sequeira, em Braga, e a Escola de Santa Luzia e o Convento Rosa Lima, em Guimarães. No entanto, apenas **o edifício do Exército, Escola D. Luís de Castro e a Escola de Santa Luzia** foram considerados elegíveis, ainda que posteriormente não se tenha verificado **qualquer avanço no sentido da sua requalificação**, enquanto avançam projetos de construção de residências privadas, com preços muito mais elevados para os estudantes, um pouco por todo o país.

O caso da Escola de Santa Luzia reveste-se de particular gravidade, uma vez que a Câmara Municipal de Guimarães se responsabilizou pelo pagamento de 50% da obra. Contudo, o Governo continua sem proceder à entrega do edifício à autarquia, inviabilizando qualquer avanço com vista à sua reabilitação.

Com um desenvolvimento aparentemente diferente, olhamos o edifício da antiga Fábrica Confiança onde há progressos e foi no decorrer deste ano elaborado um projeto, submetido para financiamento no PRR, onde a AAUMinho teve um papel preponderante quer na garantia de que o projeto para Fábrica Confiança avançava, quer na sua elaboração. Neste ponto, a Direção da AAUMinho considera apenas relevante destacar que o critério atualmente utilizado para obtenção de financiamento via PRR é manifestamente insuficiente e incompleto e deve ser repensado, estando o mesmo totalmente dependente do número de camas disponibilizadas, sendo que entre nós acreditamos que existem outras valências relevantes a garantir em qualquer residência universitária condigna e que devem ter peso no financiamento disponibilizado.

Contudo é urgente garantir que as soluções não ficam no papel, mas que sejam concretizadas num horizonte temporal de curto e médio prazo com vista à satisfação dos milhares de estudantes deslocados que anualmente ingressam na Universidade do Minho.

### É importante garantir a Renovação das condições das Residências Universitárias

A Universidade do Minho possui 4 residências universitárias e a última construção remonta ao ano de 1998 (data de inauguração da Residência Prof. Lloyd, em Braga), sendo que as mesmas carecem de renovação para a comodidade dos seus utilizadores. Indicamos como importante **a renovação de alguns quartos, aumentando o seu conforto.**

Assim, propomos ainda **uma subida dos valores do complemento de alojamento em residências dos SAS, atualmente fixado nos 17,5% do IAS, o que corresponde a uma verba de 76,79 €.** Não é

**concebível que o Estado atribua um complemento de alojamento de, no mínimo, 50% do IAS (219,41 €) a entidades privadas** que se assumam como uma solução de recurso para o alojamento de estudantes que não encontrem vaga nas residências públicas. Num quadro de subfinanciamento público dos Serviços de Ação Social e das Instituições de Ensino Superior, a verba atual compromete a capacidade das mesmas de assegurar os investimentos necessários para um alojamento de qualidade que satisfaça todas as necessidades dos estudantes. O aumento deste valor, para além de garantir uma melhor alocação dos fundos públicos, garantirá uma resposta às exigências dos estudantes no que diz respeito às condições de alojamento, dotando os Serviços de Ação Social dos recursos necessários para proceder às intervenções que se afiguram como fundamentais e inadiáveis.

### Defendemos a criação de condições para a descida do valor pago por um estudante de Doutoramento nas Residências Universitárias

Atualmente, um estudante de Doutoramento tem de pagar, mensalmente, 175€ para usufruir de um quarto numa Residência, valor igual ao exigido a um docente. Trata-se de uma situação totalmente desfasada, pelo que deve ser readaptada para valores mais próximos dos suportados pelos estudantes dos 1.º e 2.º Ciclos.

### É essencial garantir a criação de incentivos e mecanismos da certificação de alojamento privado

De acordo com o último estudo desenvolvido em 2018 pela AAUMinho, a dificuldade em encontrar alojamento a preços acessíveis tem vindo a agravar-se significativamente. Segundo os dados recolhidos, **50% do alojamento é privado e não possui recibo de arrendamento.**

Sendo assim, é fundamental a aposta em **incentivos e mecanismos para a criação de alojamento estudantil privado legal.** Propomos ainda a criação de um serviço de **certificação imobiliária** privada, com o apoio da *Place Me*, através do qual **os estudantes consigam sinalizar mais facilmente que tipo de alojamento está mais adequado** para os receber. Será também importante a disponibilização de serviços de aconselhamento gratuito sobre os trâmites legais para a aquisição do alojamento.

### Defendemos a criação de um Complemento de Transportes

A Universidade do Minho apresenta-se dividida em três campi espalhados pelas cidades de Braga e Guimarães: Gualtar, Azurém e Couros. Para além destes três campi, algumas infraestruturas da

Universidade encontram-se também no Avepark, nas Taipas e no centro da cidade de Braga, como é exemplo o Edifício dos Congregados. É recorrentemente exigido aos alunos que se desloquem entre campi ou entre a sua área de residência e o local onde decorrem as suas aulas.

Tem sido já defendido pela presente Direção da AAUMinho, por diversas vezes, **a existência de um complemento de transportes, com o objetivo de apoiar alunos bolseiros nas suas deslocações diárias**, devendo estes ter direito a receber, por parte do Estado, uma ajuda na aquisição dos passes de transporte. Estamos certos de que esta medida ajudará a minimizar o problema da reduzida oferta de alojamento estudantil acessível, aliviando, também, os encargos inerentes à mobilidade.

### Defendemos a criação de um Programa de Apoio Informático ou Complemento de Material

Atualmente, o acesso a um computador e internet é fundamental para a frequência de qualquer curso de ensino superior. Nesse sentido, **pedimos junto da tutela que fosse criada uma linha de apoio para a aquisição destes equipamentos**, aposta que vamos continuar a defender, uma vez que entendemos ser uma responsabilidade do Estado proporcionar igualdade de oportunidades.

Enquanto se mantiver a inoperância da tutela, **defendemos a continuação do programa de apoio informático da Universidade do Minho**, para auxiliar os alunos que necessitem de materiais informáticos.

### Defendemos o Aumento do Financiamento dos Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social são vitais para a Universidade, pela sua função no processamento das bolsas de estudo, mas também pelo papel que desempenham em matéria de alojamento, cantinas, cultura, desporto, entre muitos outros aspetos.

Durante o estado de pandemia, os Serviços acumularam prejuízos continuamente, pelo que **a sua condição financeira desfavorável pode comprometer severamente a qualidade do apoio prestado à comunidade estudantil. Para a Direção da AAUMinho, tal é inadmissível, mais ainda se se traduzir num acréscimo de custos a suportar pelos estudantes**. Assim, o reforço do financiamento dos Serviços é uma solução a contemplar.

Para além disto, é importante referir que o Financiamento atribuído aos Serviços de Ação Social são transferidos primeiramente do Estado para a Universidade e é esta que faz chegar o valor ao destinatário, neste caso, os SAS. Este processo permite que a Universidade faça uma gestão diferente



da planeada pelo Estado aquando da atribuição do valor do financiamento dos SAS, dependendo da sua condição financeira. A Direção da AAUMinho considera, portanto, que o processo de transferência do Financiamento atribuído aos SAS devia ser feito diretamente do Estado para os Serviços de Ação Social.

# Defendemos um Ensino Superior Público de Qualidade

**Um Ensino Superior de acesso universal é indissociável de um Ensino Superior de qualidade**, seja ao nível das infraestruturas e equipamentos ao dispor da comunidade estudantil, seja no que diz respeito à qualidade da componente letiva.

## Necessidade da discussão sobre o modelo de ensino

A Direção da AAUMinho defende que **não podemos continuar com modelos de ensino que promovem a aprendizagem unidirecional (professor-aluno)**. Esta estratégia de partilha de conhecimento e informação não é a mais eficiente porque não promove o espírito crítico por parte do estudante, não apela à própria participação dos alunos, nem contribui para uma melhor retenção da informação. É um método de ensino no qual o professor tem um papel protagonista na transmissão do conhecimento, enquanto o aluno assume uma postura passiva.

Segundo as estatísticas, em Portugal, um aluno do Ensino Superior tem, em média, 21 horas semanais de aulas (5 pontos acima da média da União Europeia e o dobro de países como a Suécia, em que apenas se registam 10 horas de contacto semanal). Estes modelos de ensino promovem uma maior autonomia dos estudantes e potenciam uma maior discussão nas horas de contacto já que pressupõem uma breve reflexão e pesquisa acerca do tema antes do contacto com os docentes.

## Aquisição de materiais de apoio para as salas de aula

Depois do período de regime de ensino misto adotado durante a pandemia, tornou-se evidente a necessidade de as salas de aula estarem capacitadas para a utilização de mecanismos, como sistemas de videoconferência, de forma que os estudantes impossibilitados de estar fisicamente presentes, por se encontrarem em isolamento ou por pertencerem a um grupo de risco, possam acompanhar, a partir das suas casas, toda a lecionação a decorrer na sala de aula.

## Criação de condições para acompanhamento do ensino não presencial

Na continuação do tópico anterior, é importante referir que embora a maioria das aulas tenham retomado a sua atividade normal e presencial, continuam a existir casos de alunos que continuam a precisar de usufruir do ensino não presencial. Para estes, é fundamental o ajuste das metodologias de

Ensino, de forma que todos os estudantes tenham condições de acompanhar as aulas em regime presencial ou online, síncrono ou assíncrono, e com as devidas condições de acompanhamento dos docentes.

### Rede de oferta educativa no Ensino Superior

A forma desajustada como funciona a rede de Ensino Superior provoca constrangimentos no impacto que as Universidades poderiam exercer na sociedade. Defendemos uma necessária **reforma na rede de oferta do Ensino Superior, integrada numa visão a longo prazo** para o mesmo, **que vise o desenvolvimento de zonas territoriais**, com uma definição clara das missões do sistema universitário e politécnico. É também pertinente **a uniformização das nomenclaturas** dos cursos de formação inicial, no sentido de simplificar e aumentar a compreensão por parte dos estudantes que pretendem ingressar no Ensino Superior.

### Defendemos o estudo de alternativas em relação ao atual modelo de Acesso ao Ensino Superior

No modelo de candidatura na fase regular ao Ensino Superior em Portugal, a grande maioria dos colocados resulta de um método de seriação que apenas tem em conta a média de frequência no Ensino Secundário e as notas obtidas nos exames nacionais nas disciplinas específicas. Este modelo ultrapassado não vai ao encontro da **verdadeira avaliação das competências** requeridas para a formação nas diversas áreas, pelo que propomos o estudo de alternativas e respetiva revisão do atual modelo.

### Urge a melhoria das condições dos espaços letivos

Para a Universidade se tornar efetivamente um local de partilha de conhecimento, e não apenas um centro de estudos, é necessário investir em locais de trabalho colaborativos, valorizando o contacto presencial e contrariando o isolamento. Numa sociedade cada vez mais digital, é ainda necessário que os espaços evoluam, tendo em consideração as necessidades ao nível de recursos tecnológicos.

# Defendemos um Ensino Superior Público ligado à Comunidade

A Universidade do Minho é uma Instituição com forte implantação na região e em permanente abertura às realidades circundantes. Neste contexto, a AAUMinho, considerando a sua forte dimensão e impacto na comunidade, está empenhada em rentabilizar sinergias junto de parceiros externos.

## Defendemos o aumento do sistema de transportes urbanos e intermunicipais, com ligação à Universidade

Em 2017, segundo o relatório sobre o Estado da Educação em Portugal, 75% dos estudantes que frequentam o Ensino Superior no distrito de Braga são provenientes do próprio distrito. Nesta medida, e tendo em consideração o contexto do alojamento estudantil, torna-se imperativa **a existência de uma boa rede de transportes que sirva verdadeiramente a comunidade académica.**

Consideramos, portanto, que urge uma reflexão junto das Autarquias em torno de meios de simplificação de **acesso aos campi, a partir das estações ferroviárias ou de autocarros, a preços acessíveis.** Em adição, será também relevante o estudo do tempo médio que um estudante despende em transportes públicos, desde diferentes pontos do distrito.

## Defendemos uma maior Segurança nos campi e na área envolvente

O sentimento de segurança é um direito de qualquer cidadão. Ao longo dos últimos anos muitas têm sido as batalhas travadas pela AAUMinho de forma a melhorar a segurança nos campi e nas zonas envolventes aos campi, sobretudo através de comunicações diretas e constantes com as entidades municipais e com as forças de segurança, traduzidas em algumas melhorias como o reforço da iluminação ou do patrulhamento junto aos espaços da universidade. Não obstante, entendemos que é fundamental dar continuidade ao trabalho desenvolvido uma vez que ainda existe um grande e legítimo sentimento de insegurança por parte da comunidade académica, sobretudo no período noturno.

Deste modo entendemos que é fundamental reivindicar junto da tutela, o Ministério da Administração Interna, o reforço dos recursos das forças de segurança nas cidades de Braga e Guimarães. Estes são municípios que tiveram um grande crescimento populacional ao longo dos últimos anos, o que

obriga a que haja uma grande divisão dos meios existentes, impedindo que haja uma maior vigilância e capacidade de resposta.

Paralelamente, é fundamental continuarmos a trabalhar junto dos municípios de forma a garantir também que sejam adotadas medidas adicionais do reforço de segurança na zona envolvente à universidade, quer ao nível dos espaços e iluminação, bem como através do reforço do patrulhamento por parte da Polícia Municipal.

## Conclusão

No próximo dia 30 de janeiro, os portugueses, em geral, e os jovens, em particular, são convocados a escolherem os seus representantes e a decidir muito daquele que é o futuro do nosso país.

Nesta senda, munidos do espírito irreverente que tão bem caracteriza a juventude, a AAUMinho procurou, no presente manifesto, elaborado no âmbito das reuniões com as forças políticas candidatas às Eleições Legislativas 2022, traduzir algumas das preocupações e reivindicações da nossa estrutura. Ao longo do presente documento procuramos demonstrar um caminho de futuro para os problemas da habitação, do emprego, da mobilidade, da ação social, do acesso ao ensino superior, da sustentabilidade e transição digital, entre outros, que consideramos relevantes no contexto do ensino superior.

Este é num momento em que muitas das vezes sentimos que os problemas estudantis e dos jovens são, por muitos desconsiderados e não tidos como uma prioridade, estando afastados do debate político. Ainda assim não nos resignamos e dizemos presente, procurando dar voz a muitos dos problemas que os milhares de jovens sentem diariamente. Estaremos sempre disponíveis para trabalhar, participar, colaborar e para agir na resolução dos mesmos com quem queira fazer parte da solução. Queremos ser agentes de transformação, num exercício de cidadania responsável, apresentando aos decisores políticos e candidatos à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Braga, muitos dos anseios que preocupam os nossos pares.

É este o nosso compromisso cívico. É esta a nossa forma de fazer política e de contribuir para a construção e o desenvolvimento da nossa região e do nosso país. Esta é a nossa visão global para o ensino superior, bem como para várias problemáticas atinentes ao mesmo.

Este é um documento ao serviço das novas gerações, dos estudantes e jovens minhotos!

Por um caminho de futuro,

P'la Direção da AAUMinho



